



O processo de independência mexicano entre 1810 e 1821 foi conduzido pela elite de maneira a manter direitos de propriedade e privilégios especiais advindos do período colonial para altos funcionários, Igreja, latifundiários e exército. No campo em particular, herdou-se a contraposição entre as *haciendas* (que produziam gado e produtos agrícolas para cidades e aldeias de mineração) e as cerca de 4.500 comunidades indígenas autônomas, que seguiam com controle de suas terras em 1810.

Reformas liberais dissolveram corporações territoriais, de maneira que as terras da Igreja foram vendidas e as indígenas outorgadas a seus arrendatários como propriedade individual (Lei de expropriação, 25/06/1956). Grandes latifundiários assumiram controle sobre grande parte destas terras. Ao mesmo tempo, o governo obteve o direito de vender terras de domínio público a companhias de desenvolvimento. Até 1894, 29 companhias haviam obtido a posse de cerca de 40 milhões de hectares (20% da área da república)

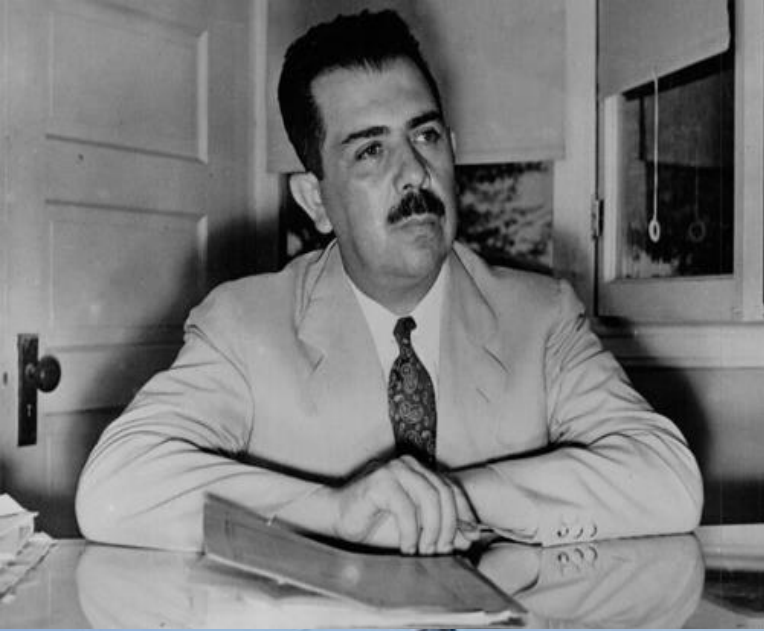




O processo de desagregação e subordinação das comunidades indígenas face o avanço das *haciendas* e do imperialismo foi fundamental para a eclosão da revolução mexicana em 1910. **Emiliano Zapata** organizou o exército camponês ao sul com base nas aldeias indígenas ameaçadas, enquanto Doroteo Arango (também conhecido como **Pancho Villa**) organizou o exército camponês ao norte com base em uma população de vaqueiros que trabalhava em ranchos de criação de gado.

Villa e Zapata encontraram-se na Cidade do México em 1914, mas não conseguiram criar a partir de seus exércitos camponeses um instrumento político capaz de governar o país. Suas lutas ainda possuíam caráter regional, não sendo capazes de articular um projeto nacional de aliança com as demais classes subalternas. Como resultado, o poder ficou nas mãos do exército constitucionalista composto por proprietários de terras e por membros das classes médias rural e urbana.





O artigo 27 da Constituição de 1917 criou, ao lado da propriedade privada, a propriedade social (tendo o *ejido* e a comunidade como seus pilares fundamentais). Ainda assim a reforma agrária não foi levada a cabo de maneira significativa até o início da década de 1930. Até o governo de Lázaro Cardenas haviam sido redistribuídos 17 milhões de acres de terra. Durante os seis anos de seu mandato (1934-40) esse total subiu a 41 milhões de acres, dirigidos especialmente às comunidades e aldeias sob a forma de propriedade comunal.

Entre 1940 e 1960 a política agrária apoiou o setor empresarial em detrimento do camponês. Uma forte transferência de excedentes do campo à cidade permitiu expandir o setor industrial. A relação de preços desfavorável ao campo foi relativamente compensada por subsídios estatais (serviços públicos a custo reduzido, preços mínimos, construção de infraestrutura agrícola e obras de irrigação, etc.), mas o principal beneficiário destes programas foi o setor privado-empresarial.

| <b>Período</b> | <b>Hectares para Reforma agrária</b> |
|----------------|--------------------------------------|
| 1914-1920      | 381.926                              |
| 1920-1924      | 1.730.687                            |
| 1924-1928      | 3.186.294                            |
| 1928-1930      | 2.438.511                            |
| 1930-1932      | 1.225.752                            |
| 1932-1934      | 2.060.228                            |
| 1934-1940      | 20.145.910                           |
| 1940-1946      | 5.970.398                            |
| 1946-1952      | 5.429.528                            |
| 1952-1958      | 5.771.721                            |
| 1958-1964      | 9.308.149                            |
| 1964-1970      | 23.055.619                           |
| 1970-1976      | 12.243.317                           |
| 1976-1982      | 6.423.501                            |
| 1982-1988      | 5.081.116                            |



Na década de 1970 ***fortaleceram-se as lutas camponesas*** por terra; por melhores preços de venda dos produtos e de compra de bens de produção e subsistência; por melhores condições de crédito; por sindicalização e aumento dos salários dos jornaleiros agrícolas; por autonomia das estruturas de produção e comercialização camponesas; por acesso a serviços públicos; por participação democrática na eleição de representantes políticos camponeses, contra o sistema político autoritário estatal

A crise agrária e a luta camponesa colocaram em xeque o pacto em que o setor privado tolerava o sistema misto de propriedade e, em troca, recebia a maior parte dos subsídios públicos. Em 1984 foi formado o ***Conselho Nacional Agropecuário (CNA)*** por grandes empresas nacionais e transnacionais com um projeto neoliberal para o setor: privatizações e redução da intervenção estatal; segurança jurídica da propriedade privada e diminuição de subsídios compensada por liberação de preços ao consumidor.



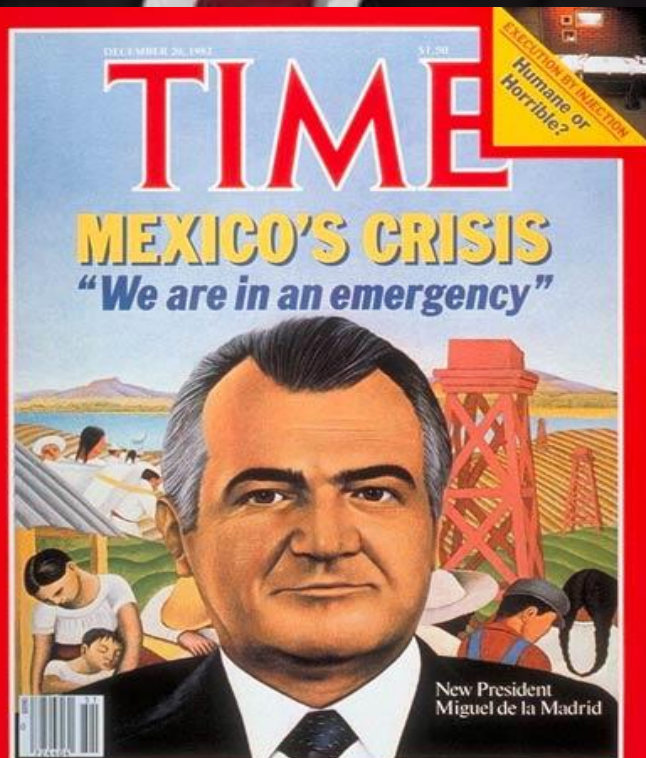




Internacionalmente, explodiu neste momento a ***crise da dívida mexicana***.

A alta da taxa de juros norte americanos fez com que a dívida externa mexicana passasse de US\$6,8 bilhões em 1979 para US\$58 bilhões em 1982, levando o país ao calote.

Em 1984, o Banco Mundial pela primeira vez emprestou dinheiro a um país em troca da realização de um pacote de reformas neoliberais: privatizações, desregulamentação do sistema financeiro, abertura do mercado interno ao comércio internacional e flexibilização do mercado de trabalho.



As reformas neoliberais foram radicalizadas pelo presidente **Carlos Salinas de Gortari** (1988-1994). No campo, pôs-se fim às repartições agrárias e incorporou-se a propriedade social no mercado de terras; levantaram-se as proibições às sociedades mercantis por ações de ser proprietárias de terras no país; abriu-se de maneira unilateral e drástica o mercado mexicano ao NAFTA (Tratado de Livre Comércio da América do Norte). O resultado foi a ampliação do controle de grandes empresas transnacionais sobre o mercado agrícola, combinada a um forte aumento da miséria rural.





Neste contexto, em 01/01/1994 o Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) iniciou uma insurreiçāo armada em Chiapas. Na *Primeira Declaraçāo da Selva Lacandona*, declaravam guerra ao governo mexicano e exigiam "trabalho, terra, teto, alimentaçāo, saúde, educaçāo, independēncia, liberdade, democracia, justiça e paz". Segundo o subcomandante Marcos, 46 rebeldes foram mortos durante os 12 dias de combates entre a guerrilha e o exército mexicano em janeiro de 1994.



Depois de longo conflito armado com o governo do México, os zapatistas baixaram as armas e mantiveram controle sobre parte de Chiapas. Nestas regiões buscam construir novas relações sociais que permitam a tomada de controle ativa, consciente e coletiva das diversas dimensões da vida social. Contudo, tal acúmulo de forças políticas não aponta para um projeto hegemônico, uma vez que os zapatistas explicitamente não tentam tomar o controle do Estado mexicano e não disputam eleições.





## *Quarta Declaração da Selva Lacandona (01/1996)*

*“O ano de 1995 se caracterizou pela definição de dois projetos de nação completamente distintos e contraditórios. De um lado, o **projeto de país do Poder**. Um projeto que implica a destruição total da nação mexicana; a negação de sua história; a entrega da sua soberania; a traição e o crime como valores supremos; a hipocrisia e o engano como método de governo; a desestabilização e a insegurança como programa nacional, a repressão e a intolerância como projeto de desenvolvimento. [...]”*

*“[...] Do outro lado, o projeto de transição para a democracia; **não uma transição pactuada com o Poder que simule uma mudança para que tudo continue como está, e sim uma transição para a democracia como projeto de reconstrução do país; a defesa da soberania nacional; a justiça e a esperança como anseios; a verdade e o mandar obedecendo como diretrizes; a estabilidade e a segurança provenientes da democracia e da liberdade; a diálogo, a tolerância e a inclusão como nova forma de fazer política”***





*“Este projeto está pra ser construído e será obra, não de uma força política hegemônica ou da genialidade de um indivíduo, mas de um amplo movimento opositor que recolha os sentimentos da nação. [...] Nos opomos a um projeto de país que implica a sua destruição, porém carecemos de uma proposta de nova nação, uma proposta de reconstrução. Parte dela, e não o todo e nem sua vanguarda, tem sido e é o EZLN no esforço pela transição para a democracia”*

*“Convidamos a sociedade civil nacional, os sem partido, o movimento social e cidadão, todos os mexicanos, a construir uma nova força política. Uma nova força política que seja nacional. Uma nova força política com base no EZLN. [...] Uma força política cujos integrantes não desempenhem, nem aspirem desempenhar, cargos de eleição popular ou postos governamentais em quaisquer de seus níveis. **Uma força política que não aspire à tomada do poder.** Uma força que não seja um partido político”*







*“Uma força política cujos integrantes tenham como único privilégio a satisfação do dever cumprido. Uma força política com **organização local, estadual e regional, que cresça a partir da base, de sua sustentação social. Uma força política nascida dos comitês civis de diálogo. Uma força política que se chama Frente porque trata de incorporar esforços políticos não partidários, porque possui muitos níveis de participação e muitas formas de luta”***